



ACÓRDÃO Nº1022/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11549/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Promoção Social - FPS
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Ana Maria Gato Bentes (Ordenador de Despesa), Maria do Socorro Sab Coelho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5815/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Promoção Social - FPS. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas as Contas do **Fundo de Promoção Social - FPS**, referente ao exercício **financeiro de 2018**, de responsabilidade das Sras. **Ana Maria Gato Bentes** (período de 01/01/2018 à 21/06/2018), e **Maria do Socorro Sab Coelho** (período de 21/06/2018 à 31/12/2018), gestoras e ordenadoras de despesa do Fundo nos respectivos períodos, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

10.2. Recomendar à atual gestão do Fundo de Promoção Social - FPS, que:

10.2.1. promova uma melhor execução orçamentária e planejamento no quadro de despesas e receitas de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos públicos destinados ao Fundo de Promoção Social;

10.2.2. promova a imediata implantação do Portal de Transparência do FPS, em cumprimento à Lei nº 2423/96 ,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1022/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei nº 131/2009 (Lei da Transparência);

10.3. Dar quitação

10.3.1. à Sra. **Ana Maria Gato Bentes**, na qualidade de gestora e ordenadora de despesa do **Fundo de Promoção Social - FPS**, no período de 01/01/2018 à 21/06/2018, nos termos do art. 24 da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, I da Resolução n.º 04/02 - RITCE/AM;

10.3.2. à Sra. **Maria do Socorro Sab Coelho**, na qualidade de gestora e ordenadora de despesa do **Fundo de Promoção Social – FPS**, no período de 21/06/2018 à 31/12/2018, nos termos do art. 24 da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, I da Resolução n.º 04/02 - RITCE/AM;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral